Bolsas
Na terça-feira
São Paulo **0,46%**
Nova York **0,16%**

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
157.923 — 160.455
18/12 19/12 22/12 23/12

Dólar
Na terça-feira
R$ 5,531
(- 0,95%)

Últimos	
17/dezembro	5,523
18/dezembro	5,523
19/dezembro	5,529
22/dezembro	5,584

Salário mínimo
R$ 1.518

Euro
Comercial, venda na terça-feira
R$ 6,522

CDI
Ao ano
14,90%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
14,90%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Julho/2025	0,26
Agosto/2025	-0,11
Setembro/2025	0,48
Outubro/2025	0,09
Novembro/2025	0,18

CASO MASTER

Toffoli contraria BC e mantém acareação

Ministro do STF rejeita recurso do Banco Central e classifica autoridade monetária como "terceiro interessado" no inquérito sobre operação de R$ 12,2 bilhões com o BRB. Entidades do mercado e parlamentares entram na disputa institucional

» ALÍCIA BERNARDES
» WAL LIMA

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou, ontem, os embargos de declaração apresentados pelo Banco Central (BC) e manteve a acareação marcada para a próxima terça-feira no inquérito que apura irregularidades envolvendo o Banco Master. A diligência colocará frente a frente o diretor de Fiscalização do BC, Ailton de Aquino Santos; o controlador do Banco Master, Daniel Vorcaro; e o ex-presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa.

No recurso, o BC alegava omissões e pedia esclarecimentos sobre a natureza jurídica da participação de seu diretor, as divergências que motivariam a acareação, a necessidade de realização presencial e a pressa para marcar o ato em pleno recesso. Na decisão, Toffoli argumentou que a autoridade monetária e Aquino Santos não figuram como investigados, mas sim como "terceiros interessados" no processo, afastando qualquer interpretação de que o BC esteja sob suspeita criminal.

A investigação gira em torno de uma operação de R$ 12,2 bilhões relacionada à tentativa de venda do Master ao BRB, negócio que acabou não sendo concretizado depois que o próprio Banco Central apontou inconsistências técnicas e indícios de irregularidades na análise da transação.

O ministro, porém, afirmou que não há obscuridade nem contradição em sua decisão e determinou que a acareação seja organizada por um juiz auxiliar de seu gabinete e conduzida pela Polícia Federal, com manutenção do sigilo dos autos para evitar prejuízos às investigações.

Ao rebater os argumentos do BC, Toffoli sustentou que a acareação é necessária para confrontar versões divergentes sobre negociações ocorridas entre instituições financeiras sob supervisão da autoridade monetária. O ministro também justificou a urgência do ato, mesmo durante o recesso do Judiciário, ao afirmar que os fatos investigados têm "impacto relevante no sistema financeiro nacional", o que exige resposta rápida do Estado diante do risco sistêmico envolvido.

Gustavo Moreno/STF

Por duas vezes, Toffoli rejeitou recursos e manteve acareação entre Vorcaro, Ailton Santos, do BC e o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa

A Procuradoria-Geral da República (PGR) já havia feito o mesmo pedido de cancelamento. Na avaliação do procurador-geral Paulo Gonet, a acareação seria prematura. Ele sustenta que, pelo Código de Processo Penal, esse tipo de diligência deve ocorrer apenas após depoimentos individuais e quando já existirem contradições objetivamente identificadas. Ainda assim, Toffoli considerou que o conjunto probatório reunido até agora é suficiente para justificar o confronto direto entre os envolvidos.

Apoios

Entidades representativas do sistema financeiro divulgaram nota conjunta em defesa da autoridade monetária. Assinam o documento a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), a Associação Nacional das Instituições de Crédito (Acrefi) e a Zetta, que reúne empresas de serviços financeiros e meios de pagamento. Sem citar diretamente a acareação, as entidades afirmam que "um regulador técnico, independente e com autonomia operacional é essencial para a estabilidade do mercado" e alertam que "qualquer fragilização de suas decisões pode gerar insegurança jurídica e instabilidade, com impacto sobre investidores e depositantes."

No mesmo sentido, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que representa o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, divulgou manifestação formal em apoio ao Banco Central. A entidade destacou que a autonomia técnica, assegurada pela Constituição e por leis complementares, é condição indispensável para uma supervisão isenta e eficaz, especialmente para preservar a confiança dos cooperados e a solidez das instituições de crédito. Para a OCB, questionamentos devem ocorrer dentro do devido processo legal, sem comprometer as competências do regulador.

CPI

O caso também ganhou tração no Congresso. As deputadas Heloísa Helena (Rede-RJ) e Fernanda Melchionna (PSOL-RS) protocolaram pedido de criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Banco Master. No requerimento, elas defendem a apuração não apenas de eventuais crimes dos controladores da instituição, mas também de possíveis conexões com agentes públicos e falhas de órgãos reguladores, citando indícios de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e prejuízos a fundos de previdência de servidores públicos. "Quem for podre, que se quebre", afirmou Heloísa Helena ao justificar a iniciativa.

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) já havia comunicado que vai iniciar a coleta de assinaturas para investigar o Master. Ele deseja incluir na investigação a relação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), com a instituição. Após informações de que Moraes teria tentado convencer o presidente do BC, Gabriel Galípolo, a não decretar a liquidação do Master, que usava os serviços advocatícios da esposa do ministro.

BRB desiste de vender financeira

» ANA CAROLINA ALVES

O Banco de Brasília S.A. (BRB) anunciou o encerramento da operação que previa a venda de 49% do capital social da Financeira BRB. A decisão foi formalizada por meio de um distrato celebrado entre o banco e o Grupo Investidor (CPSB Patrimonial e Participações Ltda., André Luís Vieira Azin e José Ricardo Lemos Rezek) envolvido na compra. Com o fim das negociações, o banco brasiliense segue controlando 100% da Financeira BRB.

Segundo o "fato relevante" divulgado ao mercado, a rescisão ocorreu de forma consensual entre as partes, que optaram por não dar continuidade às tratativas junto ao Banco Central.

A Financeira BRB atua, principalmente, na oferta de crédito para pessoas físicas. Ela é controlada pelo próprio banco e se destaca por ser a única financeira pública em funcionamento no Brasil.

Regras

A negociação dependia do cumprimento de exigências contratuais e da aprovação de órgãos reguladores. Segundo o banco, o encerramento do acordo seguiu as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tratam da divulgação de informações relevantes ao mercado.

No comunicado, o banco reafirmou o compromisso com a transparência e com a observância das regras aplicáveis ao mercado financeiro. A instituição também destacou que continuará mantendo acionistas e investidores informados sobre qualquer novo fato relevante relacionado ao tema.

A venda de parte da financeira havia sido anunciada em abril de 2024 por R$ 320 milhões. No entanto, pelo fato de as negociações envolverem o Banco Master — liquidado pelo Banco Central no mês passado — a operação foi inviabilizada.

EMPRESA PÚBLICA

Sai empréstimo para os Correios

O Ministério das Comunicações publicou, ontem, em edição extra do *Diário Oficial da União (DOU)* o extrato do empréstimo de R$ 12 bilhões para os Correios. O valor foi aprovado pelo Tesouro Nacional no dia 18 de dezembro. O dinheiro será usado para a reestruturação econômico-financeira da estatal.

O valor é inferior ao empréstimo de R$ 20 bilhões, negado pelo Tesouro no início do mês. Os credores são o Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

O empréstimo tem prazo de pagamento de 15 anos, com 3 anos de carência e juros equivalentes a 115% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), taxa de referência das operações interbancárias e próxima à taxa básica de juros, a Selic. O percentual ficou abaixo do limite usual de 120% do CDI adotado pelo Tesouro para operações com garantia da União.

Joédson Alves/Agencia Brasil

***DOU* publicou extrato de empréstimo de R$ 12 bilhões para os Correios**

CDI é a taxa usada no crédito interbancário (empréstimos diários entre os bancos). O CDI é um pouco inferior a Taxa Selic (juros básicos da economia). Com a Selic atual em 15% ao ano, um CDI de 120% equivale a cerca de 18% ao ano.

Os recursos poderão ser utilizados como financiamento para capital de giro e investimentos estratégicos da estatal. O dinheiro pode ainda ser destinado ao pagamento da comissão de estruturação da operação de crédito, além de outras despesas vinculadas ao plano de reestruturação.

Segundo o Tesouro, a proposta aprovada atende aos critérios de capacidade de pagamento exigidos para empresas estatais que têm plano de reequilíbrio financeiro validado pelas instâncias competentes.

Reestruturação

Desde outubro, os Correios negociam com bancos o empréstimo para ajudar a reestruturar a empresa. Apresentado em novembro, o plano de reestruturação prevê um programa de demissão voluntária e o fechamento de 1 mil agências e a venda de R$ 1,5 bilhão em imóveis. Pelo plano, o empréstimo de R$ 20 bilhões seria usado para quitar uma dívida de R$ 1,8 bilhão da estatal, quitar débitos com fornecedores, modernizar o serviço de encomendas e encontrar novas fontes de receitas. (**Agência Brasil**)